



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 122158 - SP (2019/0377002-3)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
RECORRENTE : DAFNES BRAGA DE SOUZA (PRESO)
ADVOGADOS : ISRAEL MINICHILLO DE ARAÚJO - SP092712
ISAAC MINICHILLO DE ARAUJO - SP094357
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de recurso em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por DAFNES BRAGA DE SOUZA contra acórdão por meio do qual o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo denegou a medida pleiteada naquela instância, em acórdão assim ementado (e-STJ fl. 508):

Habeas Corpus. Homicídio triplamente qualificado. Alegações de ausência dos requisitos autorizadores da custódia cautelar, legítima defesa putativa e riscos no cárcere. Pleito objetivando a revogação da prisão preventiva ou, subsidiariamente, a sua substituição por medidas cautelares diversas. Inviável a apreciação da alegação de legítima defesa putativa na estreita via do habeas corpus. Ilações abstratas de riscos no cárcere não possuem o condão de afastar a custódia cautelar, tendo sido determinada na origem a expedição de ofício ao MM. Juiz Corregedor Permanente dos Presídios. Paciente que pegou a arma de fogo de sua namorada, guarda civil, e efetuou disparos em direção à vítima, que corria de costas, levando-a a óbito. Grande repercussão na sociedade. Gravidade concreta do delito e exacerbada reprovabilidade social do paciente. Manutenção da prisão preventiva para garantia da ordem pública. Ordem denegada.

A defesa alegou, em síntese, que a segregação cautelar é ilegítima, ante a ausência de fundamentação idônea, principalmente por se tratar de réu primário, com bons antecedentes, com profissão lícita, residência fixa e pai de 3 filhos.

Em liminar e no mérito, pediu o relaxamento da prisão preventiva.

A medida liminar foi indeferida.

Vieram informações das instâncias ordinárias.

O MPF manifestou-se pelo não provimento do recurso.

É o relatório.

Decido.

As instâncias ordinárias registraram indícios de que o recorrente teria matado, mediante disparos de arma de fogo, pessoa que fizera piada sobre o seu carro (um Porsche), com quem discutira e que, no momento do disparo, estava fugindo, correndo,

de costas para o recorrente (e-STJ fls. 511/512):

Conforme a inicial acusatória, em 5 de maio de 2019, por volta da 01h32, o paciente estava em um posto de gasolina, localizado na Rua Luciano Marrano, nº 57, Butantã, cidade de São Paulo, junto com Fernanda Aparecida da Costa Lopes, guarda civil, com quem mantinha relacionamento amoroso, tendo ambos ingerido bebidas alcoólicas.

No local, a vítima Wagner Aparecido Moreira Junior fez um comentário para seus amigos, em tom de brincadeira, sobre a potência do veículo Porsche, de propriedade do paciente, que lá se encontrava.

Contudo, o paciente não gostou do comentário e foi tirar satisfação com Wagner, momento em que Priscila reconheceu o paciente e tentou acalmar os ânimos, dizendo “Dafnes, sou eu, filha do Erasmo, lembra de mim?”.

Porém, Fernanda não gostou da intervenção de Priscila e passou a ofendê-la, iniciando discussão que evoluiu para agressões físicas e gerou confusão no local.

Diante disso, o paciente foi até o veículo de Fernanda e pegou a arma de fogo que ela possuía, indo em direção da vítima e dos amigos dela, que, amedrontados, saíram correndo em direção a uma rua lateral.

No momento em que eles corriam, o paciente apontou a arma de fogo, em típica posição de tiro, fez mira e efetuou disparos pelas costas da vítima, tendo um dos projéteis o atingido fatalmente.

Após, o paciente devolveu a arma para Fernanda e os dois se evadiram do local, cada um em seu próprio veículo.

Quanto à necessidade da segregação cautelar, anotou-se a periculosidade revelada pelo réu, dada a gravidade concreta do crime, suas peculiares circunstâncias e o risco representado pelos disparos em via pública (e-STJ fls. 512/513 e 516/517):

Com o recebimento da denúncia em 12 de julho de 2019, vislumbrando suficientes indícios de autoria e prova da materialidade delitiva, a autoridade impetrada decretou a prisão preventiva do paciente (fls. 275/277), visando à garantida ordem pública e à conveniência da instrução criminal, dada a gravidade do crime, seja pela sua natureza (doloso contra a vida) ou em razão do meio de execução empregado (disparos realizados em via pública) e da extensão danosa (perda da vida de um jovem), tendo ele atirado contra vítima que corria para tentar se defender, revelando a presença de periculosidade social pelo paciente.

Anota, ainda, que uma das testemunhas afirmou que o paciente conhece a sua família, mencionando uma liminar indeferida por esta relatoria, em sede de habeas corpus -- o qual restou prejudicado devido ao término da prisão temporária --, em que foi consignado depreender-se eventual risco de coação da testemunha no curso do processo.

(...).

Com efeito, diante do quadro evidenciado nos autos, verifica-se pertinente a manutenção da custódia cautelar com vistas à garantia da ordem pública, sendo incabível a sua substituição por medidas cautelares diversas, sobretudo em razão do modus operandi supostamente adotado pelo paciente, consistente em ter pegado a arma de fogo de sua namorada e atirado em direção à vítima

enquanto ela corria dele, o que revela a gravidade concreta do delito e a exacerbada reprovabilidade social do paciente.

De fato, a peculiar gravidade na forma de execução de um delito violento, bem como o perigo para a vida de transeuntes, podem legitimar a segregação cautelar, na linha dos seguintes julgados, dentre inúmeros de igual teor:

PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. ROUBO MAJORADO. CONCURSO DE AGENTES. PRISÃO PREVENTIVA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. GRAVIDADE CONCRETA. MODUS OPERANDI. EMPREGO DE VIOLÊNCIA. CONDIÇÕES FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA IN CASU. MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS. IMPOSSIBILIDADE.

1. A validade da segregação cautelar está condicionada à observância, em decisão devidamente fundamentada, aos requisitos insertos no art. 312 do Código de Processo Penal, revelando-se indispensável a demonstração de em que consiste o periculum libertatis.

2. No caso, a prisão preventiva está justificada, pois a decisão que a impôs delineou o modus operandi empregado pelo paciente, consistente em roubo majorado pelo concurso de agentes - o paciente e mais 4 corréus agrediram a socos um motorista ainda dentro de um carro, o retiraram do veículo e continuaram a espancá-lo; um dos corréus desferiu um soco na boca de uma passageira e, finalmente, foi subtraído o celular de outra das passageiras do veículo. Tais circunstâncias denotam sua periculosidade e a necessidade da segregação como forma de acautelar a ordem pública.

3. Condições subjetivas favoráveis do paciente, por si sós, não impedem a prisão cautelar, caso se verifiquem presentes os requisitos legais para a decretação da segregação provisória (precedentes).

4. Mostra-se indevida a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, quando a segregação encontra-se fundada na gravidade efetiva do delito, indicando que as providências menos gravosas seriam insuficientes para acautelar a ordem pública e evitar a prática de novos crimes.

5. Ordem denegada.

(HC 511.238/RJ, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 10/09/2019, DJe 14/10/2019).

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. ROUBO MAJORADO. EMPREGO DE VIOLÊNCIA PARA ASSEGURAR A POSSE DA RES FURTIVA. PRISÃO EM FLAGRANTE CONVERTIDA EM PREVENTIVA. SEGREGAÇÃO FUNDADA NO ART. 312 DO CPP. CIRCUNSTÂNCIAS DO DELITO. GRAVIDADE CONCRETA. HISTÓRICO PENAL DO RÉU. REITERAÇÃO CRIMINOSA. PROBABILIDADE CONCRETA. PERICULOSIDADE SOCIAL DO AGENTE. PRESERVAÇÃO DA ORDEM PÚBLICA. SEGREGAÇÃO JUSTIFICADA E NECESSÁRIA. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. MEDIDAS CAUTELARES ALTERNATIVAS. INSUFICIÊNCIA. DESPROPORCIONALIDADE DA PRISÃO. INVIABILIDADE DE EXAME NA VIA ELEITA. COAÇÃO ILEGAL NÃO DEMONSTRADA. RECLAMO IMPROVIDO.

1. Não há o que se falar em constrangimento ilegal quando a custódia cautelar está devidamente justificada na garantia da ordem pública, vulnerada diante da gravidade concreta do delito denunciado e do histórico penal do acusado.

2. Caso em que o recorrente está sendo acusado de haver subtraído o aparelho de telefonia celular da vítima Ingrid, tendo, logo após a subtração da coisa, praticado atos de violência contra a ofendida, agarrando-a pela cintura e agredindo-a com um pedaço de borracha, o que fez a fim assegurar a detenção da res furtiva - circunstâncias que denotam a excessiva periculosidade social do réu, autorizando a preventiva.

3. O fato de o acusado ostentar registro criminal anterior é circunstância que revela sua periculosidade social e a inclinação ao cometimento de crimes, demonstrando a real possibilidade de que, solto, volte a praticar ilícitos, reforçando a necessidade da preventiva, especialmente quando já foi beneficiado com a liberdade provisória em outro processo e voltou a delinquir.

4. Condições pessoais favoráveis não têm o condão de revogar a prisão cautelar se há nos autos elementos suficientes a demonstrar a necessidade da custódia, como ocorre in casu.

5. Demonstrada a imprescindibilidade da preventiva diante da excessiva periculosidade social do acusado, resta clara a insuficiência das medidas cautelares diversas da prisão para o acautelamento da ordem pública. 6. Não há como, em sede de habeas corpus, concluir que o acusado será beneficiado com a fixação do regime inicial mais brando ou com a substituição da pena corporal por restritiva de direitos no caso de eventual condenação, sobretudo em se considerando as particularidades do delito perpetrado e o seu histórico criminal. 7. Recurso ordinário improvido.

(RHC 110.307/MG, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 21/05/2019, DJe 03/06/2019)

HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. ROUBO MAJORADO PELO CONCURSO DE PESSOAS PRATICADO MEDIANTE VIOLÊNCIA REAL (SOCOS NO ROSTO DA VÍTIMA). PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA PARA MANUTENÇÃO DA CUSTÓDIA. ORDEM DE HABEAS CORPUS DENEGADA.

1. O art. 312 do Código de Processo Penal apresenta como pressupostos da prisão preventiva o *periculum libertatis* e o *fumus commissi delicti*, este caracterizado pela prova da existência do crime e indício suficiente de autoria; aquele consiste no perigo que a permanência do agente em liberdade representa para a aplicação da lei penal, para a investigação ou instrução criminal, e para a segurança da própria coletividade (ordem pública).

2. A prisão preventiva escorada no *modus operandi*, delineado em roubo por "arrastão", com emprego de violência real - consistente em socos no rosto da vítima -, na companhia de adolescente em conflito com a lei, demonstra a gravidade concreta da conduta que transborda do modelo típico do crime de roubo majorado e autoriza, assim, o acautelamento da coletividade.

3. Demonstrada pelas instâncias ordinárias, com expressa menção à situação concreta, a presença dos pressupostos da prisão preventiva, não se mostra suficiente a aplicação de quaisquer das medidas cautelares alternativas à prisão, elencadas na nova redação do art. 319 do Código de Processo Penal, dada pela Lei n.º 12.403/2011.

4. Segundo reiteradas manifestações do Superior Tribunal de Justiça, eventuais condições pessoais favoráveis não possuem o condão de, por si sós, conduzir à revogação da prisão preventiva.

5. Ordem de habeas corpus denegada.

(HC 500.985/SP, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, julgado em 14/05/2019, DJe 24/05/2019)

A tese de que o recorrente teria atuado em legítima defesa, protegendo "policial covardemente agredida por três pessoas" (e-STJ fl. 525), por sua vez, não está registrada no acórdão recorrido, o que inviabiliza a sua apreciação nesta instância. Isso porque a ação de *habeas corpus* é remédio constitucional para a controvérsia estritamente jurídica, incompatível com a discussão que pressupõe dilação probatória.

Assim, apesar dos argumentos apresentados pela defesa, não há elementos nos

autos que evidenciem a existência de constrangimento ilegal.

Ante o exposto, nego provimento ao recurso.

Intimem-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

Reynaldo Soares da Fonseca

Relator